

AGOSTO - DEZEMBRO 1997



# Roteiros

29. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



Santo Natal para todos os nossos leitores e amigos  
DEZEMBRO 25 — FELIZ ANO NOVO 1998



# TEMAS DA LUSOFONIA

## (UNIVERSIDADE ABERTA – COIMBRA 9/7/97)

*Com os melhores votos de Santo e Feliz Natal a Direcção de "Roteiros" deseja brindar os seus leitores e amigos com dois estudos que vale a pena ler, meditando na mensagem que transmitem para este nosso tempo, em que não há tempo para ler e menos para meditar.*

*a) O 1.º Trabalho é do Prof. Adriano Moreira "Temas da Lusofonia". O Prof. apresenta-nos um conjunto de dados históricos sobre os quais vale a pena reflectir como nasceu a União das Comunidades da Cultura Portuguesa para defesa da nossa Língua e da nossa Cultura, levada até aos mais remotos cantos do mundo, onde vivem e trabalham os nossos emigrantes. A União surgiu em 25 de Maio de 1965 após a realização do 1.º Congresso que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa de 8 a 12 de Dezembro de 1964. Os Estatutos desta União seriam votados e aprovados por unanimidade em 12 de Dezembro no solene encerramento, realizado no Castelo de Guimarães e publicados no Diário do Governo, II Série, de 24 de Janeiro de 1965.*

*Nessa solene e comovente sessão foi aprovado o voto da criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e dos seus estatutos, sendo publicados em 6 de Fevereiro de 1965.*

*Em 1967 a Sociedade de Geografia cederia no 4.º andar da sua sede os espaços para funcionamento e sede da União das Comunidades da Cultura Portuguesa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.*

*Em 25 de Maio de 1965 seria inaugurada solenemente na Sala de Portugal da Sociedade de Geografia a Academia Internacional da Cultura Portuguesa.*

*Em 1967 realizou-se em Moçambique o 2.º Congresso da União das Comunidades da Cultura Portuguesa a bordo do paquete "Infante D. Henrique".*

*O comovente encerramento foi realizado na Ilha de Moçambique tendo seguido a rota de Vasco da Gama.*

*Da realização destes 2 Congressos, concluiu-se que as fronteiras geográficas e políticas de um povo, não são necessariamente as fronteiras da sua Cultura, que ultrapassam através da emigração dos seus cidadãos.*

*O Prof. Adriano Moreira definiu bem o que tem sido a nação portuguesa através do "tempo histórico" "Nação peregrina em terra alheia".*



O tema da lusofonia talvez seja mais rigorosamente enunciado falando sempre da questão da língua e da cultura portuguesa. Isto porque, seguindo uma tipologia que proponho há anos, existem comunidades de língua portuguesa, comunidades descendentes de portugueses onde a língua guarda recordações, e comunidades filiadas na cultura portuguesa cuja língua matricial é outra.

À primeira espécie pertencem, aceitando um conceito formal amplo, os países que adoptam o português como língua oficial, tendo o Brasil como exemplo mais acabado; as comunidades descendentes de emigrantes que sofreram, para seu benefício, o processo da integração nos países do destino, como aconteceu na Califórnia e na Nova Inglaterra, ou que ainda estão na primeira fase da aculturação, como por regra acontece no espaço da União Europeia, tendem para dar continuidade à segunda espécie; finalmente, terras e gentes por onde passaram a soberania e a evangelização, como acontece no Oriente, deixando padrões e modelos de comportamentos, mas onde a identidade é marcadamente dependente de outras áreas culturais, obrigando a considerar a necessidade de defender e desenvolver tal herança exercitando língua diferente da portuguesa. É o que se passa no vasto Pacífico, não obstante os casos de Macau e de Timor, e tende para se passar no Índico onde Goa é ainda uma referência desafiante de transição.

A língua é o elemento quantitativa e qualitativamente mais importante desta complexa relação, mas a cultura cor-

responde ao denominador mais abrangente de todas as comunidades portuguesas, descendentes de portugueses, ou filiadas nos valores portugueses.

Não vamos ter aqui oportunidade de meditar sobre a relação dramática, que os emigrantes vivem no processo de aculturação, entre mudar de língua e mudar de Pátria, sem perder a memória.

Recordo a este propósito, algumas páginas amargas de Jorge Semprun, exilado jovem de Espanha por razões ideológicas, destinado aos campos de concentração pela dinâmica nazi, obrigado a enfrentar o desafio a que deu expressão no livro que chamou — *L'écriture ou la vie* (1994). Diz: "não tinha escolhido as minhas origens, nem a minha língua materna. Ou antes, tinha escolhido uma, a francesa. Dir-me-ão que a isso tinha sido constrangido pelas circunstâncias do exílio, do desenraizamento".

### 1 – AS COMUNIDADES DE CULTURA PORTUGUESA

Pela década de sessenta, quando a alguns pareceu evidente que era inadiável criar um novo conceito de relacionamento para todas as comunidades de cultura portuguesa, foi pioneira a Sociedade de Geografia de Lisboa, que mais uma vez tomou a iniciativa, com forte apoio da sociedade civil.

Os dois Congressos que se realizaram, o primeiro em Lisboa e o segundo em Moçambique, cujas actas se encontram publicadas, produziram um acervo de meditações e propostas que hoje documentam um capítulo da crónica de tempo perdido, algumas delas eventualmente reencontradas ou reinventadas pelos que felizmente se devotaram a reconstruir, neste fim de século, uma nova forma de convívio entre



todos os povos que habitam o antigo império ou peregrinam emigrados em terra alheia.

Passadas três décadas sobre aquelas realizações da Sociedade de Geografia, que viu cortadas as possibilidades de continuar, e na sequência do entretanto e louvavelmente instituído Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, fui intervir em 1996 na celebração levada a cabo em S. Vicente de Cabo Verde, aqui por iniciativa da Câmara Municipal, à qual preside o Doutor Onésimo da Silveira.

Não mencionarei encontros que dizem respeito a experiências, lembranças e afectos que são pessoais, mas é necessário deixar alguma nota sobre este ritual instituído para, ao redor da terra, reanimar e fortalecer os elementos de uma cultura comum, ela sim com a vocação da eternidade, para além das contingências que afectam regularmente os Estados e a consistência dos regimes.

Não se trata em S. Vicente de administrações nostálgicas a recuperar de eventuais desgostos do trajecto político histórico, são representantes eleitos pelo povo para governar os interesses públicos em completa identificação com o tempo e o modo do novo Estado. Neste caso, com uma longa e variada experiência internacional, nos quadros da ONU, e em ambientes tão diversos como os da Etiópia e da China. E finalmente o regresso à casa como geralmente ambicionaram os que foram levados a procurar longe melhores oportunidades de realização, de novo o envolvimeto nos hábitos, nas tradições, nos projectos e nas carências, que todos fazem parte da identidade nunca abandonada, está o laço que mantém unidos os grupos instalados nas mais variadas latitudes, todos preocupados com a terra de origem, alimentando uma teia de solidariedades que nenhuma tecnocracia será capaz de racionalizar e compreender.

Uma teia que, no caso específico das comunidades de cultura portuguesa, nem todas com expressão em Estados, transforma em referências globais, sem dependência de soberanias ou nacionalidades, alguns dos nomes significativos da história, da tradição da cultura portuguesa. Por toda a parte se encontram representados, nas sedes das associações de emigrantes, nos círculos culturais, nas instituições públicas, Luis de Camões, Vasco da Gama, Santo António, com variantes regionais, e, sobretudo no Brasil, um recém chegado que é o Almirante Gago Coutinho, o qual bem merecia ser melhor lembrado em Lisboa.

No Mindelo, nas comunicações desse ano do referido Dia de Portugal, pôde ser ouvido o velho professor Francisco Lopes da Silva falar, perante uma audiência interessada e participante, sobre a vida e obra de Luis de Camões, não apenas o poeta nacionalmente português, mas o poeta português, que todos reclamam como seu à medida que as autonomias e separações políticas se consolidam. Entre mais coisas, disse o seguinte: *"por isso mesmo, por ser autêntica, permanece e há-de permanecer sempre esta ligação afectiva entre os nossos dois povos, ...ligação que é parte natural dessa convivência, miscigenação e história comum de cinco séculos, cimentada por uma língua também comum, ... Vem a talho de foice, recordar que o próprio Amílcar Cabral, ao referir-se, numa das suas obras, à língua portuguesa, deixou escrito sabiamente, que ela foi uma das maiores heranças que os portugueses nos deixaram"*.

Em Angola, o facto de a língua ser a do apostolado, ajuda a que, com a intervenção activa da Igreja Católica, sejam ambas traves fundamentais da unidade do Estado, não obstante a longa guerra.

Em Moçambique, rodeado o Estado de povos de língua oficial inglesa, e dependentes do sistema económico e de

serviços da região, a língua é um amparo da diferença e da identidade específica.

## 2 - FRANCOFONIA

O esforço e a prática na área da francofonia, esta tendo muitas semelhanças com a área da língua portuguesa, são certamente susceptíveis de fornecer exemplos mais úteis do que a prática alemã baseada no Instituto Goethe, condicionada por diferentes história e programas, e poderão aquelas apoiar a compreensão das dificuldades que necessariamente vai enfrentar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com o devido desconto, como aconselhava o caçador de Domingos Monteiro, ao admitir que não dispunha de uma arma bem calibrada, mas asseverando que tinha aprendido a usá-la.

Não é aconselhável acompanhar a inspiração de tradição gaulista que levou recentemente a fazer apelo a uma francofonia *subversiva e imaginativa* que influencie os acontecimentos internacionais, mas parece indicado aproveitar deste incitamento a clara indicação de que, sem decisão e credibilidade do aparelho do poder acompanhado pela adesão das entidades privadas, os projectos deste tipo correm o risco de terem apenas um futuro burocrático.

É evidente que a França, para além da francofonia, e sobretudo no que respeita à África negra, guardou funções que tem conseguido desempenhar sem qualquer censura internacional, designadamente a de gendarme de uma certa ordem pouco reconduzível a modelos académicos. Teve mais de uma vez intervenção militar na regularização da legítimi-

### COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

|  |            |
|--|------------|
| Legado Político do Ocidente de Adriano     |            |
| Moreira, César Albuquerque                 |            |
| e Alexandre Bugalho .....                  | 5.000\$00  |
| Europa em Formação — Adriano Moreira ..... | 2.500\$00  |
| Comentários — Adriano Moreira .....        | 1.500\$00  |
| Colecção de Tratados, Convenções           |            |
| e outros actos públicos relativos          |            |
| a Portugal — Henrique Martins              |            |
| de Carvalho, 5 Volumes .....               | 15.000\$00 |
| Ensaio Sobre o Problema de Estado,         |            |
| 2 Volumes de Adelino Maltez .....          | 5.000\$00  |
| Imperial-Comunismo — Adelino Maltez .....  | 4.000\$00  |
| Estratégia, 6 Volumes .....                | 6.000\$00  |
| Mudança Cultural do Brasil .....           | 3.000\$00  |
| Obras Completas de D. João de Castro,      |            |
| 4 grandes Volumes. Coordenação             |            |
| de Armando Cortesão e de Luis              |            |
| Albuquerque — cada Volume .....            | 12.500\$00 |
| — A Colecção completa .....                | 50.000\$00 |

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).



dade do poder político em Estados que foram colónias do Império colonial francês, sem que a temática difícil da jurisdição interna tivesse produzido qualquer embaraço digno de menção, parecendo-lhe reconhecida uma como que autoridade natural.

A capacidade financeira e tecnológica que lhe permitem uma intervenção específica e independente para além da intervenção institucionalizada nas convenções de Lomé, den-



Lusofonia e presença do nosso barroco — Além Atlântico.  
Igreja do Bonfim — São Salvador — Brasil

tro da política global da União Europeia, atrai para a sua área Estados como S. Tomé, Guiné-Bissau e Cabo Verde, atentos às realidades da geografia e da política, e tendo aprendido duramente, que com os factos não se discute. Que estes factos amparam decisivamente o projecto cultural e político da francofonia parece indiscutível, e por isso não pode esperar-se que os resultados sejam equiparáveis aos de estruturas semelhantes, mas onde essa capacidade directora não existe, embora no modelo da lusofonia se inscrevam Estados com extraordinárias potencialidades. Daqui a necessidade do devido desconto, mas que deixa larga margem para reconhecer que será nos valores culturais que encontramos a trave mestra de todo o conceito estratégico adoptado.

Na Cimeira Francófona, que se realizou em Paris em 1991, instituíram o Conselho Permanente da Francofonia (CPF), um organismo destinado a coordenar as actividades da comunidade de Estados, no intervalo das conferências de Chefes de Estado e de Governo envolvidos, e que partilham o francês. Estados como o Egipto, a Tunísia e a Mauritânia consideram importante não estar ausentes e finalmente, a Conferência de 1995 em Cotonou, no Benin, decidiu que em 1997, na reunião que terá lugar no Hanoi, no Vietname, será criado o cargo de Secretário Geral.

O anúncio é o de que este órgão falará em nome de 49 países membros da francofonia, com o objectivo confessado de ter "uma face, uma voz, uma autoridade que o faça ouvir no concerto das Nações". A estratégia é clara, foi desenvolvida com persistência, e sem ignorar as dificuldades de monta que podem frequentemente, e até definitivamente, afectar a marcha futura; partir das afinidades culturais que até agora foram valorizadas como um cimento institucional, para avançar audaciosamente, passados estes poucos anos de experiência, no sentido de estar na vanguarda internacional da inovação política, económica e social do nosso tempo.

O Presidente Chirac, que mostra, de vez em quando, ter uma concepção da política comum europeia, como adjuvante da política independente francesa, fala do "novo ideal político

afirmativo de uma identidade política", não hesita em garantir a alimentação orçamental, declara-se adverso do "monocultivismo mundial", e faz da língua uma bandeira dos tempos modernos, convocando e exigindo aos servidores do Estado que defendam o estatuto internacional do francês, de facto ordenando-lhes que contrariem o predomínio crescente do inglês nas organizações internacionais, e nas missões multinacionais incluindo as de prevenção dos conflitos, restauração e manutenção da paz.

O realismo aconselha a medir as capacidades disponíveis em áreas como as da língua portuguesa, para que os projectos tenham a dimensão do exequível, mas é igual a necessidade de o mesmo realismo admitir que tornar internamente coerentes os interesses, as sensibilidades, e as urgências dos Estados envolvidos, não é tarefa fácil, mas que também nada tem de desanimadora. Com a devida prudência, o primeiro capital é a decisão e a credibilidade, e a convicção fundada e assumida de que os grandes espaços culturais tendem para amenizar as dependências que sobretudo afectam as pequenas potências, obrigadas a acompanhar as exigências internacionais nas áreas de segurança ou da economia em que os directórios têm larga oportunidade de exercício.

A decisão e credibilidade que apenas se afirmam no caso de não haver esquecimentos, que por vezes parecem bem lembrados, das condições reais da teia de interesses nacionais e internacionais.

### 3 — OS ESQUECIMENTOS BEM LEMBRADOS

O desaparecimento de Darcy Ribeiro, que mereceu discreta menção nos noticiários que se ocupam da solidariedade entre Portugal e o Brasil, poderia ser uma oportunidade de meditar serenamente sobre a evolução e perspectiva da longamente desejada relação privilegiada. Foi um conceito que a Inglaterra usou frequentemente para avaliar a sua posição em face dos EUA, e do qual parece afastar-se progressivamente, ou silenciar a referência, à medida que as exigências do processo europeu ganham precedência.

Na década de quarenta, quando da celebração do nosso duplo centenário da Fundação e da Restauração, e sem qualquer aten-



Interior da Igreja do Bonfim — Altar Mãe  
São Salvador — Brasil



ção ao desastre europeu então em curso, o conceito da relação privilegiada foi dominante. Formalmente assim aconteceria ainda na década de sessenta, quando os tratados da Comunidade entre os dois países foram lidos excessivamente pela opinião pública como tendo instituído uma dupla nacionalidade, mas então não era já explicável ignorar que os conceitos estratégicos de ambos os países entraram em colisão, especialmente por causa da questão colonial e do alinhamento terceiromundista, um tópico rudemente esclarecido junto do governo português pelo breve Jânio de Quadros.

De então em diante, com alguma semelhança ao que se passou na relação anglo-americana, a questão dos interesses do Estado brasileiro e dos seus projectos na cena internacional alargou naturalmente a distância da questão do património histórico e cultural comum, permitindo secundarizar este último quando os primeiros o exigem. Algum desconforto apareceu reflectido nos comentários suscitados por declarações do Presidente do Brasil, logo após a assinatura do Tratado que instituiu a Comunidade dos Estados de Língua Portuguesa, a qual foi omitida na enumeração dos objectivos de política externa do seu governo.

Mais recentemente, as declarações do seu Ministro das Relações Exteriores, que identificaram a Itália como parceira preferencial nas relações com a União Europeia, podem, por frágil diplomacia, ser atribuídas a simples descuido ou imperfeição do discurso, mas talvez seja realista meditar sobre a hipótese do descuido bem cuidado. Por isso é de lembrar Darcy Ribeiro que, numa linha retomada pelo dispensado embaixador José Aparecido, percebeu cedo a urgência de dar tratamento autónomo e aprofundado às relações culturais, para assegurar uma revisão saudável na área dos interesses que progressivamente ligam os dois países a grandes espaços institucionalizados, mas diferentes.

Quando, por incumbência de Jucelino K. de Oliveira, dentro do grandioso projecto destinado a arrastar o Brasil da Costa para o Planalto, organizou a Universidade de Brasília, já Darcy Ribeiro era um crítico escutado da colonização portuguesa e do colonialismo europeu, inspirador da nova linha que procede à revisão do património comum, e da sua relação com os futuros possíveis dos povos de língua portuguesa. Tinha a seu lado Agostinho da Silva, o último pregador do Quinto Império, ao qual confiou a organização e direcção do Centro de Estudos Portugueses, instalado numa das provisórias construções que abrigaram a promissora nova instituição. Para esse Centro, a solicitação empenhada e participante de Almerindo Lessa, pode organizar e enviar uma valiosíssima biblioteca, hoje integrada, com identidade perdida, na Biblioteca Geral.

Agostinho conseguiu que atribuissem um dos terrenos do plano urbanístico do Campus à construção de uma sede definitiva do Centro, necessariamente encargo do orçamento português. Sabedor das costumadas delongas e descuidos, e para assim garantir a posse, instalou-se o Mestre numa barraca que lá mandou construir com materiais de fortuna para habitação sua, e em cuja porta uma inscrição advertia que tinha capacidade para mil quilos ou dez pessoas.

Ali, ao ar livre, recebia os amigos, nas noites incomparáveis do Planalto, quando entendia honrar alguma visita, ou discorrer sobre qualquer problema. Talvez a incapacidade de compreender a distinção entre o cuidado com o património comum, e a livre discordância com os projectos políticos, tenha contribuído para dar tempo perdido à chegada da Revolução de 64, à partida de Darcy para outros combates, à retirada de Agostinho, ao desaparecimento do Centro, e ao esquecimento dos cuidados. Cuidados com o património comum dos Estados de língua portuguesa, que reanimaram com a iniciativa principalmente devida a José

Aparicio, mas que algumas vezes parecem de novo vítimas dos esquecimentos bem lembrados.

Neste esquecimento se inclui a falta de meditação e teorização do facto de que a cultura portuguesa, incluindo a língua, é para o Brasil, e para os outros Estados da lusofonia, apenas uma componente, embora qualitativamente importante, do seu património cultural nacional que inclui herança ameríndia, africana, italiana, alemã, japonesa, pelo que a relação privilegiada da década de quarenta sofre os desafios das novas estruturas políticas irrecusáveis: o Brasil não poderá deixar de pertencer ao Mercosul; a Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé, ao espaço da francofonia em que entraram; Moçambique à Comunidade Britânica; Goa à integração na União Indiana; Macau à integração na China; Timor com o destino que for possível salvaguardar.

#### 4 - A LÍNGUA E AS ARMAS

A questão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa que a precedeu em data de instituição e acompanha na necessidade de desenvolvimento, abrangem, no seu conceito, a maior parte dos problemas que o tema suscita, mas não os esgotam. Por exemplo, parece necessário encarar o desafio em que se traduz a defesa da cultura portuguesa em regiões onde não será em português que as intervenções úteis serão mais necessárias como certamente acontecerá no Oriente, com maior evidência a partir do arriar da bandeira em Macau, porque se tornará mais premente a temática das comunidades filiadas na cultura portuguesa, mas sem definição que imponha o uso da língua.



## HOTEL ROMA

\*\*\*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P  
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

### EM FÁTIMA:

\*\*\*

#### HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António  
Telefa. (049) 51015/51025 — Telex 43108

#### HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefa. (049) 52215/52225 — Telex 43279



Por razões diferentes, e sem qualquer semelhança da conjuntura, o português enfrentará obstáculos sistemáticos à importância da sua função nas estruturas atlânticas europeias, políticas e de segurança, NATO, UE, UEO, à medida que se acentuar o alargamento da área de responsabilidades, a quantidade de povos envolvidos, e o número de estruturas criadas para sustentar as intervenções que forem necessárias. Vejamos um exemplo. O general britânico Michael Walker, que em 1994 foi nomeado Comandante Chefe do Corpo de Reacção Rápida da NATO, dizia, ao pronunciar-se sobre as principais dificuldades para trabalhar com uma unidade multinacional: *a um nível básico, mas fundamental, a questão da língua e a capacidade de interpretar o que se pretende significar. Esta é uma dificuldade chave se, por exemplo, se emite uma ordem através do Estado Maior multinacional na Bósnia ao Quartel General francês para ser transmitida ao comando da Brigada espanhola Medjugorje. Neste caso, algumas vezes, a transmissão das intenções pode ser equivocada. De modo que necessitamos clareza e tratar as coisas mais lentamente. Creio que esta é a área de maiores dificuldades. As outras dificuldades são as tradicionais questões militares, que superamos sem nenhum problema real*".

A recente criação da EUROFOR, com certidão oficial de nascimento lavrada na Praça da Senhoria de Florença em 9 de Novembro último, mais uma vez levanta a questão do destino europeu da língua portuguesa, um problema que tem de ser encarado com realismo e frieza. Fôra em Lisboa, em 15 de Maio de 1995, que os ministros de defesa da Espanha, França, Itália e Portugal, estando reunido o Conselho Ministerial da UEO, fizeram conceitualmente nascer as Euromarfor (forças marítimas) e a Eurofor (forças terrestres) forças multinacionais para essencialmente se ocuparem das intervenções humanitárias e de manutenção da paz.

A experiência começou usando o espanhol, o francês e o italiano como línguas de trabalho, acrescentando o que chamaram franciñolo, uma mistura programada. O português não foi considerado. É preocupante que os avisos do general não tenham aqui validade, e não é fácil organizar um responsável corpo de tradutores que ajudem a entender os riscos e os deveres da nova condição militar. Se for irreversível a exclusão do português.

## 5 - OS TÓPICOS NO SÉCULO XXI

É porém nos trópicos que o desafio da preservação, desenvolvimento e mobilização do património de origem portuguesa é mais agudo e instantâneo.

Depois da assinatura do tratado que institui a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi do Brasil que vieram escassas notícias de uma iniciada meditação sobre os futuros possíveis a viver em comum pelos signatários, e mais raras são por enquanto as indicações sobre as instituições portuguesas que tenham assumido a investigação e os debates sistemáticos e metódicos sobre o novo compromisso.

Por isso merecem atenção as jornadas que as Fundações Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre do Recife, em conjunto com as Fundação Oriente e Universidade Internacional de Lisboa, recentemente levaram a cabo no Convento da Arrábida e que tiveram por tema a prospectiva da situação dos trópicos no século XXI.

Várias razões se conjugam para que a iniciativa tenha aparecido no Recife, designadamente a herança gilbertiana que aquelas fundações brasileiras receberam e preservam, embora demonstrando que assumiram a renovação da problemática, dos termos de referência e dos objectivos, uma clara exigência das mudanças que entretanto se verificaram na área geográfica que Josué de Castro chamou da geografia da fome.

Embora seja pressuposto que as instituições agora envolvidas na avaliação da área não podem assumir a participação em qualquer projecto político, mesmo enquadrado por um tratado, é exigível que os condicionamentos políticos sejam incluídos entre as variáveis a tomar em conta, porque prioritários em mais de um dos Estados e regiões referenciados. Os valores culturais, as heranças históricas participadas pelos antigos colonizadores ocidentais, os sincretismos e as miscigenações, tudo aparece marcado no tecido social que se desenvolveu, matizado pelas diferenças, em séculos de enquadramento imperial, ao qual é referido um passivo de dependência económica, de eventual discriminação étnica, de minorização cultural.

Foi dominante, e ainda se manifesta com vigor em análises correntes, a perspectiva que se traduz em atribuir a esse passivo dos regimes coloniais a exclusiva responsabilidade causal pelas gravíssimas desordens políticas, económicas e sociais que alastram pelos trópicos, onde não faltam também as guerras por procuração no interesse das grandes potências.

Não vale a pena tentar excluir aquela causalidade do exame, mas também parece irrealista pretender que os actuais confrontos, com dramático pico na situação do Zaire, não se filiam directamente nas decisões e vontade das forças locais envolvidas, que lutam pelo poder sem contemplações e com referência exclusiva aos seus interesses e modelos culturais.

A longa teoria de conflitos armados que, desde as independências outorgadas em execução da Carta da ONU, se desenvolveu ininterruptamente até aos genocídios agora executados na área dos grandes lagos, foi uma das questões que suscitou a atenção geral dos participantes.

Uma tarefa exigente, mas salvo conseguindo eficácia suficiente nessa vertente do conceito ali adoptado de desenvolvi-



Lusofonia e presença da nossa arquitectura do Século XVIII  
Hotel das Cataratas do Iguazu — Paraná — Brasil

mento integral, político, económico, e social, tudo o mais parece destinado a fracos resultados.

Porque dela depende a possibilidade de avançar com o programa do governo pelo consentimento, a fórmula que parece mais abrangente do objectivo também internacional da democratização dos regimes nas áreas tropicais. Um objectivo que se considerou tributário das culturas regionais, e não devendo orientar-se pelo objectivo de impôr modelos experimentados, embora com êxito, pelos ocidentais. O seminário orientou-se finalmente para a necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento com equidade, que afaste as queixas e também os factos das dependências injustas. A convergência dos intervenientes no seminário da Arrábida foi no sentido de que existem três exigências prioritárias para organizar uma nova ordem nas



áreas tropicais, e que são o desarmamento e a paz, a implantação de governos pelo consentimento, e o desenvolvimento com equidade, tudo vertentes em que a cooperação do Norte afluente é necessária, mas a decisão local é essencial.

## 6 - UMA AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

Tentando fazer uma avaliação da conjuntura, talvez tenha alguma utilidade destacar os seguintes pontos:

a) A preservação e fortalecimento do património cultural português espalhado pelo mundo não tem sempre associada a defesa e uso da língua. Muito especialmente no Oriente, nas comunidades filiadas na cultura portuguesa, esse objectivo vai exigir a utilização estratégica de outras línguas;

b) Nos grandes espaços de integração política de Portugal vai crescer a tendência de o português não ser considerado língua de trabalho, designadamente nas áreas da Aliança Atlântica e da União Europeia. Uma política do tipo das que inspira o Instituto Goethe, e a Aliance Française, a introdução do português nos esquemas pedagógicos europeus das três línguas obrigatórias, a criação de uma apetência editorial estrangeira pela contribuição literária e científica dos criadores portugueses oferecem referências de meditação;



Lusofonia e presença da influência portuguesa na ordenação da Vila das Velas — São Jorge — Açores

c) Para as comunidades descendentes de portugueses, cujo destino feliz é a completa integração nos povos de destino, como acontece com os EUA ou o Canadá, a preservação da memória das raízes parece uma exigência da defesa do património cultural, mesmo que a manutenção de um espaço da língua portuguesa tenha obstáculos evidentemente muito superiores ao da hispanidade, incluindo o uso do castelhano, em crescente expressão nos EUA;

d) Finalmente, e no que respeita aos trópicos, devem salientar-se estas circunstâncias da conjuntura: 1) no que diz respeito ao Brasil, admitir que a antiga relação privilegiada está em redefinição, que a língua portuguesa é parte qualitativamente importante de um património que inclui assumidas e importantes heranças de origem ameríndia, africana, alemã, japonesa, italiana, que influem a definição do conceito estratégico nacional brasileiro, e exigem a definição do conceito estratégico nacional brasileiro, e exigem uma maior criatividade, agressividade, e eficácia portuguesas; 2) reconhecer que, nos territórios da descolonização deste século, a questão prioritária é a do reconhecimento de que a queda de um sistema político não faz desaparecer a área cultural dentro das suas antigas fronteiras, e que a cooperação deve aparecer como valor fundamental, superando a

memória dos conflitos; 3) a urgência de analisar a experiência da adesão a grandes espaços diferenciados, por vezes contraditórios, dos vários novos Estados e também de Portugal, acrescentando o novo tipo de competição internacional que se desenvolve nesses territórios; 4) esta competição exige, como na UE, avaliar as oportunidades e capacidades de ter presença qualitativa nas intervenções institucionais, e salvaguardar um espaço de acção individualizada na vertente da política externa comum de cooperação. Sobretudo não ignorar que os países de maiores capacidades tendem para inverter o sistema, fazendo da chamada política comum um instrumento dos seus interesses privativos; 5) finalmente, recuperar a autoridade da presença pela cooperação em todas as missões de restabelecimento e manutenção da paz, designadamente usando as forças armadas; 6) recuperar a política da atracção das elites aos centros universitários portugueses, porque cada graduado é um multiplicador; 7) criar instituições difusoras da língua portuguesa nos grandes centros, de onde parta o apoio para as instituições privadas que aparece nos territórios; 8) difundir o livro, a imprensa, e a intervenção das redes de televisão; 9) demonstrar pela acção que, não obstante a inevitável pertença a grandes espaços diferenciados, o grupo linguístico destes Estados ganha significado e peso em todos os organismos internacionais em que o modelo de assembleia tem de funcionar: são os casos da ONU, das organizações especializadas como a UNESCO, a OMS, a FAO, o BIT, porque é ali que os pequenos Estados demonstram que o número tem algum significado nos mecanismos democráticos de decisão, e que a participação na mesma língua soma, ao número de Estados, a autoridade dos valores em que inevitavelmente participam.

ADRIANO MOREIRA

**AGP**  
**VIAGENS**

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03  
Lic. DGT n.º 378/83

#### FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P  
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



UMA  
QUESTÃO  
DE QUALIDADE



# PESSOA E CAMÕES

## (SOBRE A CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DA "MENSAGEM" DE F. PESSOA)

O 2.º Trabalho "Pessoa e Camões" é um exame de meditação sobre a concepção filosófica da "Mensagem" de Fernando Pessoa da Prof. Doutora D. Irene Khokhlova, Professora da Cátedra de Português da Faculdade de Letras da Universidade "Pedro" de S. Petersburgo, tendo defendido tese em 1984 tendo como tema: "Obra poética de Fernando Pessoa (Ciclos Heterónimos).

É Professora de Língua Portuguesa e lecciona um Curso de História da Literatura Portuguesa da Idade Média ao século XX.

Tem publicados vários e valiosos trabalhos, como História da Literatura Portuguesa do século XII a XX.

Obra poética de Fernando Pessoa e Camões; Problema da Heteronímia no conceito estético de Fernando Pessoa (1983).

"Fausto" de Fernando Pessoa e a tradição literária ibérica e cultura dos povos peninsulares no século XX (1988).

"O Romance Português na época do Renascimento".

É Directora e Copiladora das edições russas de Camões.

Tendo em conta todo este trabalho relativo à nossa Cultura foi eleita Académica Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa em 22 de Junho de 1994 e recebeu o Colar da Academia na sessão de encerramento do VIII Fórum Universitário de Estudos Europeus, realizado no salão nobre da Universidade Pedagógica (Herson) de S. Petersburgo em 27 de Março deste ano.

É com muito prazer que publicamos em "Roteiros" este trabalho da nossa Professora e Académica Doutora Irina Khokhlova.

Os poemas que formam a "Mensagem" foram escritos entre 1913 e o ano da publicação da epopeia em 1934, um ano antes da morte do poeta, e assim se vê que os poemas constitutivos da "Mensagem" foram escritos no decurso de 21 anos, a maior parte deles pertence aos anos de 1928 e 1934. A "Mensagem" abre com uma frase em latim "Benedictus Dominus noster qui dedit nobis signum" e remata com outra "Valete, fratres". Na frase de abertura fala o poeta de uma dádiva do Senhor, e na frase do fecho faz votos para que os destinatários desta dádiva saibam convertê-la em meio de Salvação. É evidente que para F. Pessoa essa dádiva é a "Mensagem", a sua epopeia, a palavra do Senhor ou Evangelho, dirigido ao povo português. Ao dar louvores a Deus F. Pessoa estabelece uma analogia entre ele e os apóstolos e afirma o carácter transcendente e sagrado da sua epopeia. A exemplo dos apóstolos F. Pessoa deseja saúde e felicidade a seus irmãos: "Valete, fratres". É como se fosse a sua bênção apostólica. A outro nível a "Mensagem" é uma espécie de cerimónia litúrgica que revela o significado dos acontecimentos no passado e que tem natureza salvífica para o futuro. A "Mensagem" é também um rito iniciativo em que o poeta introduz os leitores (os seus compatriotas) nos mistérios de Portugal. O poeta da "Mensagem" que desempenha a função de sacerdote ou guardador dos bens sagrados é o mediano entre Deus e os homens.

F. Pessoa dividiu a sua obra em três partes, a primeira parte corresponde ao Portugal da Europa, a segunda ao Portugal de

Além-Mar e a terceira ao Portugal do Futuro ou ao Quinto Império, o que permite compará-la com a Divina Comédia de Dante. A primeira parte intitula-se "Brasão", a segunda "Mar Português" e a terceira "O Encoberto". As epígrafas que antecedem cada parte terão a chave que abre a porta do Templo, e permitem depreender o significado da obra. Se atentarmos nas notas poalógicas sobre a intenção de produzir uma obra épica que se pode considerar autointerpretação da "Mensagem", isto é, aquelas cinco condições que são necessárias para a compreensão correcta desta epopeia, então depreende-se que estas condições são actualização da vida histórica na alma do leitor. O despertar desta vida torna-se possível só quando aparecerem tais intenções da consciência, que criem uma espécie do isomorfismo de estrutura da consciência de homem da Modernidade e do Renascimento.

A mensagem concebe-se como uma transfiguração do mundo espiritual da modernidade, como a sua modificação para que o homem possa sentir-se simultaneamente uma parte do cosmos natural e uma parte da história. Por outras palavras dir-se-á tratar-se de uma analogia espiritual com as épocas históricas passadas, da semelhança no interior, e todos os factos empíricos, isto é, os acontecimentos históricos têm que ser concebidos mentalmente.

O poema é estruturado de modo a que o leitor sinta a quinta essência da vida histórica, a sua espiritualidade. F. Pessoa constrói o processo de conceber a sua poesia em símbolos como a ascensão do sentimento a Unidade Suprema.

### INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral  
N.º de Registo 112 874

#### Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar  
António Maria M. Pinheiro Torres

#### Redacção

Sede do Instituto  
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)  
1400 LISBOA  
Telef. 302 17 28

#### Propriedade

Instituto Dom João de Castro  
N.º 212 873

#### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL  
Rua da Alegria, 30 — Tel. e fax 346 47 20 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87







É a espiritualização da matéria que começa a partir do sentimento simpático, indivisível e realizável, só como uma fusão amorosa, sem haver distância. Depois na segunda etapa entra no jogo a intuição que invoca a conotação da metáfora revelando o seu sentido. A terceira fase pressupõe a actividade das capacidades cognitivas do homem. A mentalidade discursiva decompõe o símbolo unindo-o depois para criar a unidade integral, mas operando porém ao nível superior da mentalidade. Trata-se da busca do isomorfismo estrutural, a mentalidade tende a analogia. Na fase seguinte a imagem-símbolo compara-se com outros símbolos que cercam o homem entrando no mundo simbólico da história. Este processo F. Pessoa denomina como sabedoria. A essência do processo da comparação é a explicação do símbolo através dos outros símbolos. E por fim a quinta fase que para F. Pessoa é a graça, falando a outros que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros que é o Conhecimento e Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma, da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falan-



do ou escrevendo". Deste modo a criação da "Mensagem" e a sua recepção exigem uma atenção especial, intelectual, a actividade espiritual multilateral, que consiste, segundo o pensamento de F. Pessoa, na elevação do sentimento estético ao sentimento religioso, uma vez que se trata do símbolo. A compreensão do símbolo transfere o homem para a esfera metafísica, e por isso a história adquire o sentido metafísico, entrando na consciência como uma sucessão de símbolos, que permitem compreender o sentido de vida comum a todas as épocas, e o que permite revelar o início metafísico do mundo.

G. Güntert definiu a "Mensagem" como género épico-lírico, tendo como ponto de partida "Os Lusíadas" de Camões. No entanto, ao analisar a ideia de F. Pessoa, será mais correcto definir este ciclo como mistério lírico. O fim do poeta é transformar o recipiente em visionário, onde o homem, como dizia Nietzsche, não é só artista e contemplador, mas torna-se a obra de arte.

Na sua poetologia metafísica F. Pessoa vê o mundo poético de Camões como o mundo integral e completo de símbolos e figuras retóricas, em que vive o espírito da história e o sentido da vida ligados ao sentido metafísico da história. F. Pessoa faz a construção do mundo metafísico, e o sistema das imagens de Camões parece ser fendida, e os seus elementos, pensados e decompostos depois de serem concebidos, analisados, sintetizados e ligados com os outros símbolos entram na nova construção, cujo alvo é invocar o espírito d'«Os Lusíadas».

Duas grandes obras tardias de F. Pessoa "A Mensagem" e o poema dramático inacabado "Fausto" estão ligados por uma ideia, a ideia do mistério. Se em "Fausto", em todos os seus actos, há o motivo do mistério da personalidade, mistério da vida, que condena o homem à luta e sofrimento, e leva-o através de todas as etapas da vida ao absurdo da sua existência, de um desespero ao outro desespero, na "Mensagem" temos o mistério do povo, o destino da alma da nação portuguesa, temos o sentido profundo da história abissal, inconcebível, que existe fora do mundo empírico, foras dos factos históricos. O mistério é sinónimo metafísico da história portuguesa que não tem sentido próprio para o poeta. É símbolo mais elevado que a vida da criação espiritual. Os acontecimentos, os participantes, os heróis do drama histórico, os períodos da história, os seus signos e símbolos adquirem para F. Pessoa o sentido metafísico, o carácter da revelação divina. Toda a história portuguesa na obra de Camões está assinalada pela Cruz, a sua religiosidade renascentista está ligada com a ideia da personalidade heroica divina. N'«Os Lusíadas» há um ponto de partida desta história, onde cada momento está cheio dos feitos heróicos e que partindo do luso legendário ascende a D. Sebastião através das façanhas dos portugueses. Para F. Pessoa este movimento começa nas profundezas desconhecidas (o conhecido é sempre símbolo) e parte para o futuro desconhecido, como dizia Goethe "do centro desconhecido aos limites desconhecidos". No reinado de D. Sebastião Camões vê a ascensão da história portuguesa, a possibilidade da criação do mundo terrestre dos heróis, o começo do século da sabedoria e prosperidade. A harmonia da história, o optimismo histórico são isomorfos e harmonia do Universo. Para F. Pessoa o mundo da história portuguesa, o mundo d'«Os Lusíadas» é a ruína de todos os planos, ligados com o mundo terrestre. A história começa no mito, no seu interior. O mito, segundo F. Pessoa, tem sempre a estrutura do símbolo inatingível, que não pode ser reduzida ao facto e pormenores. Esta estrutura cintilante pode ser concebida pela emoção integral. Este mito actualiza-se na história como a alma portuguesa, como o início espiritual. O mito português nasce nos mistérios e sonhos, nas lendas contadas pelos Deuses e é possível só naquelas horas enquanto a Noite e o Caos não descem, sendo estes por sua vez fundamentos negativos do mundo. Os portugueses herdaram este mito dos gregos antigos; nele oculta-se a essência divina da alma dos helenos que persiste na alma portuguesa, apesar de todas as influências culturais.

A poesia do Renascimento português é somente uma sombra da grandeza histórica e Camões não é tão grande como os feitos históricos de Infante D. Henrique e Afonso de Albu-



querque. A divisa dos navegadores antigos "navegar é preciso, viver não é preciso", Pessoa analisa como uma concentração de todas as forças humanas na criação, como um sacrifício a favor do desenvolvimento das possibilidades criativas. É o que constitui a essência divina do homem.

A dinâmica dos impulsos da alma define a vida do povo, lança-o na vastidão desconhecida, faz realizar façanhas, correr o mundo, e purificada de todo o terrestre e pecador ela constitui o símbolo da forma suprema da actividade humana, e da criação incessante. A alma portuguesa é a criadora e ao mesmo tempo o herói do mito. Pelo seu carácter este mito é heróico e está ligado com a mitologia grega, em primeiro lugar com o mito sobre Ulisses, não é por acaso que uma das poesias tem este título. Ulisses é o símbolo extratemporal da alma com a sua tendência ao alargamento dos horizontes, com a sua aspiração para encontrar no mundo o análogo real dos quadros, criados pela imaginação. A rebeldia, actividade, coragem, pertinácia do homem, enquanto realizador dos seus planos, transformam estes quadros em algo maior que meros fantasmas.

#### Ulisses

O Mytho é o nada que é tudo.  
O mesmo sol que abre os céus  
E um mytho brilhante e mudo -  
O corpo morto de Deus,  
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,  
Foi por não ser existindo.  
Sem existir nos bastou.  
Por não ter vindo foi vindo  
E nos criou.

Assim a lenda se escorre  
A entrar na realidade,  
E a fecundal-a decorre.  
Em baixo, a vida, metade  
De nada, morre.

A poesia é uma sucessão de silogismos. Nos primeiros versos Pessoa define o mito através da figura do herói. Toda a poesia tem a estrutura antitética de oxímoros. A antítese entre o Nada e o Tudo é Ulisses, que transforma-se, como na obra de James Joyce, em tudo. Ulisses é Lisboa, cidade, que ele fundou e a que lhe deu o nome, e que viria a tornar-se capital do reino e depois do império. Neste poema Lisboa é metonímia para Portugal. F. Pessoa exemplifica tudo isto por meio de símbolos, símiles e metáforas. Ulisses veio do Oriente (a Grécia fica para Oriente em relação a Portugal). Os deuses novos vêm do Oriente, como do Oriente vem o sol. O mito é cíclico na sua essência. É o mito antigo de Apolo de Delfos, que nasce e morre cada dia e sendo por isso imortal. Este símile entre o Sol e Deus baseia-se na existência dialéctica d'estes seres; na mitologia grega entra o motivo dionisíaco de criação, que é a morte e a vida simultaneamente. Deus que morre e ressuscita tem para F. Pessoa duas hipóteses - é Apolo e Cristo. O corpo físico de Deus olímpico e o mundo do Espírito tem o mesmo destino e o mesmo princípio esotérico. A mitologia solar unida à ressurreição do Salvador transforma-se em paradigma da história portuguesa, a ruína de estado é o nascimento da vida nova, porque a substância espiritual e material fica intacta, e o portador desta substância é Ulisses. O Sábio grego, navegante temerário, cantado por Homero e Camões, simboliza na "Mensagem" a unidade eterna da histó-

ria portuguesa e o mar. Não se pode esquecer da influência constante da poesia inglesa na obra de Pessoa. A análise da "Mensagem" e a sua auto-interpretação revelam também a influência de Alfredo Tennyson, da sua poesia "Ulysses", que os últimos versos da qual constituem o motivo central de todo o ciclo poético de F. Pessoa,

One equal temper of heroic hearts,  
Made weak by time and fate, but strong in will  
To strive, to seek, to find, and not to yield.

Podemos comparar: Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.

É motivo inicial de diferentes variações sobre o tema da história portuguesa.

#### D. Sebastião

##### Rei de Portugal

Louco, sim, louco, porque quiz grandeza  
Qual a Sorte a não dá.  
Não coube em mim minha certeza;  
Por isso onde o areal está  
Ficou meu ser que houve, não o que há.  
Minha loucura, outros que me a tomem  
Com o que nella ia.  
Sem a loucura que é o homem  
Mais que a besta sadia,  
Cadáver addiado que procria?

A figura de D. Sebastião aparece muitas vezes no ciclo da "Mensagem"



Esta é uma das personagens mítico-históricas que mais mereceram a atenção de Pessoa. Na Primeira parte da "Mensagem" D. Sebastião surge-nos como o rei-mártir a realizar a última conquista do império. Na Segunda parte temo-lo como primeiro descobridor a bordo da última nau. Na Terceira parte é D. Sebastião já Jesus Cristo morto, crucificado e ressuscitado. A figura do Rei é-nos aqui dada dicotomicamente: é a vida terrena, que se evapora e desaparece nas areias de Alcácer Quibir e simultaneamente essência viva, o princípio espiritual que se encontra na esfera histórico-mítica da cultura portuguesa. Se para Camões, D. Sebastião é a encarnação da história real de Portugal, da justiça, beleza, "grandeza" do presente, que por sua vez dará caminho a um futuro ainda



mais magnífico, já para Pessoa a verdadeira essência de D. Sebastião é constituída pela irrealdade. Não será, pois, a encarnação temporal ou terrena do império, mas antes a criação espiritual do novo mundo, cuja analogia se encontra naquela parte metafísica do ser. D. Sebastião é a personificação da loucura, de intentos tresloucados e irrealizáveis na realidade. Toda a personagem se apoia na simbologia cristã e pertence por completo ao mundo do além. Esta linha sebastiana da "Mensagem" tem sem dúvida, um código biográfico.

Pessoa compreendia perfeitamente o seu significado para a poesia portuguesa e para a cultura portuguesa em geral, mas quando "A Mensagem" saiu do prelo, só uma míserima parte das suas obras estava publicada. Poucas pessoas conheciam a sua estética e filosofia, o poeta não contava ganhar fama em vida e por isso, todo o seu mundo espiritual está orientado para o futuro.

O texto da "Mensagem" e a auto-interpretação revelam que F. Pessoa estava longe da ideia do patriotismo mesquinho, que sempre lhe parecia provinciano. A ideia patriótica pensa-se na sua obra como um sistema dos laços espirituais, como a unidade espiritual do indivíduo e nação, e a humanidade concebe-se na interligação destas componentes. O espírito e a cultura são a essência do patriotismo; o indivíduo, a personalidade são a sua célula primacial. A tríada - o indivíduo, a nação, a humanidade, três realidades sociais adquirem um significado independente e são abstraídos da família, religião, classes, estado e civilização, que se concebem pelo poeta como ficção. Deste modo esta tríada conceptiva purifica-a até à espiritualidade extrema, até à invariabilidade pura. A família, religião, classes, estado e civilização concebem-se por F. Pessoa como um derivado sistema hierárquico, tudo mais é fictício. A tríada o indivíduo, a nação, a humanidade é o dado absoluto, metafísico e eterno, a natureza metafísica do homem na sua existência. Nesta tríada - o indivíduo é a realidade suprema, que tem contornos materiais e espirituais, uma alma viva e um corpo vivo. A nação como realidade define-se pelo território, língua e pela continuidade histórica, por todos estes elementos ou por um deles. Cada destes determinantes é variável. A humanidade na qualidade da realidade social equivale ao indivíduo. É o início mais forte de que a nação. O indivíduo e a humanidade na sua essência biológica e social são para F. Pessoa realidades com raiz, são lugares, aonde é preciso caminhar. A nação, sendo uma realidade social, não é o material, é o caminho que leva a estes lugares. "É através da fraternidade patriótica, fácil de sentir a quem não seja degenerado, que gradualmente nos sublimamos, ou sublimaremos, até à fraternidade com todos os homens". O indivíduo tem que obter para si a humanidade através da nação. "A Nação é a escola presente para a super-Nação. Cumpre, porém, não esquecer que estamos ainda, e durante séculos estaremos, na escola e só na escola". O patriotismo verdadeiro é possível quando cumprimos a condição principal, quando valorizamos em nós o indivíduo que somos e fazemos o possível por que se valorizem os nossos compatriotas. Através de aperfeiçoamento da nação, através da educação espiritual a nação torna-se a suma viva dos indivíduos, que a compõem e não o amontoado de pedras. A nação não é o esquema morto dos costumes, hábitos, princípios religiosos, valores éticos e estéticos, mas é a criação perpétua da vida espiritual, a fonte da qual é o indivíduo.

Se analisarmos deste ponto de vista toda a obra poética de F. Pessoa, todos os ciclos heterónimos, o mundo lírico dos seus heróis, notemos que a poesia dos heterónimos com quem o poeta toma parte na conversa para criar o modelo do indivíduo, corresponde a esta condição. No entanto F. Pessoa não pode contentar-se com o sistema dos heterónimos.

Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos estão sincronizados com a época e cada um deles no seu tempo real, fictício, ou imaginário. F. Pessoa dialoga com eles no sistema fechado dos princípios da poética heteronímica, o diálogo dá-se no nível das individualidades que dissocia o Eu Próprio. O diálogo concebe-se como um diálogo interior com a história de Portugal, com a Nação e os símbolos que escondem a sua alma. A "Mensagem" tem por fim alcançar a unidade do cosmos espiritual, o mundo metafísico das ideias no diálogo com a história e desta maneira adquirir a humanidade.

A história portuguesa e poesia de Camões são etapas desta concepção dialogal entre o indivíduo e o mundo. F. Pessoa regressa ao tema dos seus primeiros artigos. "E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas daquilo de que os sonhos são feitos".

1. Cirurgião António. O "olhar esfingico" da Mensagem de Pessoa. Ministério da Educação, 1990. P. 28.
2. Ibidem. P. 29.
3. Pessoa Fernando. Obra poética. Mensagem e outros poemas afins. Publicação Europa-América. 1990. P. 205.
4. Ibidem. P. 206.
5. Cf.: Güntert, Georges. Das fremde Ich - Fernando Pessoa. Berlin New York, 1971.
6. Pessoa. Fernando. Mensagem. Poemas esotéricos. Ed. Crítica José Augusto Seabra. 1993. P. 17.
7. Cirurgião António. Op. Cit. P. 56.
8. Ibidem.
9. Tennyson Alfred. Poems. London. Edward Moxon, 1863. P. 267.
10. Pessoa Fernando. Op. Cit. P. 32.
11. Pessoa Fernando. Obra poética. Mensagem e outros poemas afins. P. 245.
12. Ibidem.
13. Pessoa Fernando. Obras em prosa. Rio de Janeiro. Ed. Nova. Aguilar. 1990. P. 397.





# BODAS DE OURO SACERDOTAIS DO PE. DR. ANTÓNIO ALVES DE CAMPOS

No passado dia 24 de Agosto celebrou o 1.º Aniversário da sua 1.ª Missa na sua terra natal, Torrosêlo (Seia), o nosso sócio Fundador do Instituto D. João de Castro, Pe. Dr. António Alves de Campos presidindo a celebração da Missa e Sessão Solene, o Senhor Arcebispo de Braga, D. Eurico.

O Instituto D. João de Castro fez-se representar pelo Presidente da Direcção.

"Roteiros", renova aqui os seus melhores votos para que o Pe. António Alves de Campos possa celebrar muitos Aniversários da sua 1.ª Missa Nova e publicamos as seguintes "Notas Bio-Bibliográficas".

## NOTAS BIO-BIBLIOGRÁFICAS DO PADRE DR. ANTÓNIO ALVES DE CAMPOS

O Pe. Dr. António Alves de Campos nasceu em Torrosêlo, concelho de Seia, distrito da Guarda, a 7 de Fevereiro de

1924, filho de Agostinho Alves de Campos e de Anunciação Henriques do Vale Campos.

Iniciados os estudos preparatórios e de Filosofia, respectivamente, nos seminários do Fundão e da Guarda, veio depois a concluir o Curso de Teologia no Seminário Maior de Coim-



Pe. Dr. António Alves Campos

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente.  
Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade.  
Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma relação esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

LISBOA - Av. Infante Santo, 23 - 12.º Esq. - Telef.: 01 27 34 - Telex: 10737 Gertal P Lisboa - 1500 Lisboa  
PORTO - Rua Gonçalo Sampaio, 375 - Telef.: 89 99 22 - Telex: 23425 Gertal P Porto - 4000 Porto

bra, sendo de imediato nomeado professor no Seminário da Figueira da Foz, à espera de idade para a ordenação.

Ordenado de presbítero a 10 de Agosto de 1947, cantou a 1.ª Missa na sua terra natal a 24 de Agosto de 1947. Mais tarde, seguiu para Roma, a fim de frequentar a Pontificia Universidade Gregoriana, onde se formou em Filosofia com distinção *magna cum laude*, defendendo a tese a **Teoria Marxista da Vália e Mais-Vália**, editada em Português. Regressado a Coimbra, aí exerceu, durante mais de três anos, notável apostolado entre a juventude universitária e leccionou Filosofia no Seminário Maior. Em 1955, foi convidado por sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, após interessadas diligências de D. Manuel Trindade Salgueiro, para ocupar o lugar de Assistente Nacional da Mocidade Portuguesa, sucedendo ao então Cônego Francisco Maria da Silva, mais tarde Arcebispo Primaz de Braga, bem assim para trabalhar como Redactor-Chefe da Revista de Cultura para o Clero *Lumen* e como Assistente Geral da J. I. C..

Empenhando-se, sempre com igual competência e entusiasmo, em todos estes transcendentos campos de apostolado da Igreja em Portugal, a que há a acrescentar a da «Associação



Católica Internacional de Serviços para a Juventude», de que foi também assistente eclesiástico, revelou particular interesse pelos problemas da juventude e desenvolveu extraordinária actividade na assistência moral e religiosa à Mocidade Portuguesa.

No estudo de problemas vários e no cumprimento por vezes de missões oficiais, percorreu grande parte dos países da Europa, e alguns das Américas Central e do Sul. É de referir sobretudo a visita feita aos Estados Unidos da América, onde, a convite do próprio Departamento de Estado, estudou o fenómeno local da delinquência juvenil, bem como a visita que, por sua iniciativa, fez à U.R.S.S., aos Países Nórdicos (Dinamarca, Suécia e Finlândia), à Polónia e às Alemanhas, Oriental e Ocidental.

Conferencista emérito, articulista e colaborador de vários jornais e revistas, tem participado activamente em Congressos e Reuniões Internacionais, dentro e fora do País, tais como o I Congresso da MILAC em Bruxelas, o VII Congresso de «L'Office International» em Lausanne, etc...

Participou na Reforma do Ensino em Portugal, através de relatórios sucessivos em várias circunstâncias e foi colaborador designado da Enciclopédia Luso-Brasileira.

Introdutor da F.I.S.E.C. (Federação Internacional Desportiva do Ensino Católico) em Portugal, pertencendo ao Comité Directivo, foi ele o grande impulsionador das suas Jornadas de Estudo e o maior dinamizador da Sub-Comissão de Educadores.

Homem de pensamento, a ele se devem obras várias de reconhecido mérito e actualidade, no campo da filosofia e da pedagogia juvenil:

- Recurso e Limites a Natureza Física e Racional (A Questão do Milagre e do Mistério);
- Religião, Filosofia e Desporto;
- Delinquência Juvenil;
- A Juventude e os seus Problemas;
- Problemas da Adolescência;
- Deus e a Ciência;
- Filosofia do Comunismo;
- Existencialismo e Fé Católica;
- etc...

Visitou em 1960 o Estado Português da Índia e em 1966 as Províncias de Angola e de Moçambique, onde deixou estruturas dos serviços de assistência Moral e Religiosa à Mocidade Portuguesa.

Foi Vogal da Junta Nacional de Educação e membro do Conselho de Cinema da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Em 1972, na sua terra natal, celebrou as Bodas de Prata Sacerdotais, rodeado de muitos e grandes amigos, vindos de todos o País, sendo então inaugurada uma capelinha em honra de Nossa Senhora de Fátima, na Cruz Alta, construída sobretudo com os donativos que lhe haviam sido oferecidos na ocasião.

É professor de Filosofia na Universidade Internacional, de que é sócio-fundador, exercendo as funções de Director do Instituto Pré-Universitário Internacional (IPUI).

Desde a sua fundação que exerce a cargo do Vice-Presidente do Instituto D. João de Castro, em Lisboa.

É Comendador da Ordem de Instrução Pública, com o grau de Cavaleiro.



Adoração dos Pastores de Giovanni Girolamo Savoldo (1508)

A Direcção do Instituto D. João de Castro deseja a todos os seus sócios e aos leitores de "Roteiros", um Santo e Feliz Natal e um ano de 1998 repleto das Bênçãos do Senhor.

Fazemos ainda um pedido ao Menino-Deus, que a paz, concórdia e o bem estar, sejam bens a gozar por toda a nossa família lusófona.



# 3.º. CENTENÁRIO DO PE. ANTÓNIO VIEIRA 1697-1997

## LEMBRANDO O PE. ANTÓNIO VIEIRA

Torna-se difícil definir o multifacético Pe. António Vieira que preencheu o século XVII 1608 – 1697, com a sua forte personalidade.

Figura polémica no seu tempo, não apenas fora da Companhia de Jesus no mundo da política, como no meio religioso.

Esta figura não pode ser esquecida no nosso tempo, pois foi um difusor acérrimo da "liberdade" de todo ser humano e pelo mesmo dos índios do Maranhão, onde missionou e prestou grandes serviços a causa nacional e a Igreja.

Publicou 11 Volumes dos seus 800 sermões, 3 volumes das cartas.

A sua figura não pode, nem deve ficar esquecida neste 3.º. Centenário da sua morte.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa e o Instituto D. João de Castro o lembraram no passado dia 4 de Dezembro num colóquio realizado na Sociedade de Geografia em que intervieram os prof. Doutores Adriano Moreira, Justino Mendes de Almeida e António Vasconcelos e Saldanha.

Publicamos neste n.º. de 'Roteiros' o Poema do "Luís ao Pe. António", do sempre lembrado "Agostinho da Silva".

somos nós todos quando à vida vimos.

Achaste ser pequena a deusa grega  
para conselhos dar à forte gente  
e lhe disseste que só Deus podia  
vir lá do reino certo a nossas mentes,  
desde que livres nós de nosso corpo  
por outras formas que não são as minhas  
mas para ti, António, só as justas,  
para ti, padre, e para a Companhia.  
Guerreiro e monge foste, pois, amigo,  
eu marinheiro e monge, à minha moda,  
sem negar-me a qualquer dos meus deveres  
num e noutro sector, e bem cumpridos.

### UMA FOLHINHA DE QUANDO EM QUANDO – DEZEMBRO 91

#### POEMA DO LUÍS AO PADRE ANTÓNIO

Eu bem te vi, Vieira, ler meu livro  
com devidos cuidados pois o canto  
não agradava muito aos companheiros  
que ainda aí contigo estão no céu,  
aquele em que eu narrei como é que a deusa  
inventou para os nautas que voltavam  
das Índias descobertas ilha bela  
onde podiam descansar os corpos  
e libertar as almas da prisão  
de quem cercado está de espaço e tempo.  
Uma razão seria não gostarem  
da maneira por que eles se livraram  
de todo o pesadelo que dá corpo  
pois só assim podiam ouvir eles  
a deusa que criava a própria vida,  
e foi no fim o que ela encomendou,  
que se dessem à vida criativa  
quando ao seu Portugal regressassem.  
E tu só alargaste este conselho,  
que os gregos não seguiram apesar  
de toda a paciência que tiveram  
com a filosofia ou os mistérios,  
o de que só criando se livravam  
de serem personagens de tragédia  
ou de comédia, o que é mais que pior,  
o de criarem vida, pois poetas



*António Vieira*